RÁDIO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE RÁDIO PARA SURDOS EM PORTUGAL

RADIO AND INCLUSION: AN ANALYSIS OF RADIO FOR DEAF PEOPLE EXPERIENCES IN PORTUGAL

LUÍS BONIXE

Instituto Politécnico de Portalegre, 7300-110 Portalegre, Portugal
Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital
(CIC. Digital FCSH/NOVA), 1069-061 Lisboa, Portugal
Juis.bonixe@amail.com

Resumo

A rádio adquiriu um conjunto de novas ferramentas em virtude da sua migração para as plataformas digitais e, em concreto, para a Internet. Como defendem vários autores, falar hoje de rádio, significa considerar este como um meio multimedia e multiplataforma. A partir deste pressuposto, abrem-se novos caminhos para a rádio, quer no que toca ao acesso, quer em relação à captação de novos públicos que estavam afastados deste meio. A comunidade surda integrava naturalmente esse público incapacitado para escutar mensagens exclusivamente sonoras. Cenário que se alterou com esta "nova rádio". Em 2005 e 2013 a TSF e a Antena 1, respetivamente, realizaram duas emissões de rádio com tradução para Língua Gestual Portuguesa. O presente artigo procura analisar essas duas experiências e lançar uma reflexão sobre o papel da rádio enquanto meio de inclusão da pessoa com deficiência e em particular dos surdos.

PALAVRAS-CHAVE:

Rádio; Surdos; Inclusão; Antena 1; TSF

ABSTRACT

Radio has acquired a number of new tools by virtue of its migration to digital platforms and in particular to the Internet. As argued by several authors, speaking today of radio means to consider this as a multimedia and multiplatform medium. From this assumption, new paths for the radio are opened, both in terms of access and in relation to the capture of new audiences that were far from this medium. The deaf community naturally integrated this audience since it was incapable to listen to sound messages. Scenario that changed with this "new radio". In 2005 and 2013 the TSF and Antena 1, respectively, made two radio broadcasts with translation into Portuguese Sign Language. The present article seeks to analyze these two experiences and to reflect on the role of radio as a means of inclusion of the disabled person and in particular of the deaf.

KEYWORDS:

Radio; Deaf people; Inclusion; Antena 1; TSF

Introdução

Em 2005 e 2013 a TSF e a Antena 1, respetivamente, promoveram emissões de rádio com tradução para Língua Gestual Portuguesa (LGP). Para além destes dois casos, apenas encontramos em Portugal outros dois, mas realizados em ambiente académico.

As iniciativas das duas emissoras não se repetiram, mas introduziram um debate em torno das potencialidades da rádio enquanto meio de comunicação em mudança para algo multimedia e que por essa via poderá atingir outros públicos até aqui impedidos de escutar a rádio tradicional, entendida aqui como exclusivamente sonora.

Do ponto de vista da pessoa com deficiência, o passo dado por ambas as rádios é muito importante na medida em que poderá representar uma nova via de promoção da inclusão indo ao encontro de uma desejável universalidade, quer no que diz respeito ao acesso de todos aos media, quer na representação mediática das várias comunidades que compõem uma sociedade.

O presente artigo tem por objetivo caracterizar e analisar estas duas experiências realizadas pela TSF e Antena 1 e para tal procuraremos cruzar três dimensões (entre outras possíveis para esta temática) que consideramos relevantes.

Em primeiro lugar, situamos estas emissões numa lógica de responsabilidade social dos meios de comunicação, enquanto agentes da sociedade e que deverão, por isso mesmo, contribuir para a integração dos vários públicos que a compõem, independentemente das suas características enquanto indivíduos.

Num segundo plano, registamos a relação entre os media e a pessoa com deficiência. Diversos autores têm sublinhado que, apesar de algum progresso nesse sentido, os meios de comunicação continuam a representar de forma deficitária a pessoa com deficiência.

E, por fim, sublinhamos o quadro de mudança pelo qual o meio radiofónico passa, na medida em que já abandonou a sua vertente esclusivamente sonora e que, por essa via, adota um conjunto de ferramentas que lhe permitem chegar a vários públicos, entre eles os surdos.

É nesta base que faz sentido falar da relação entre meios de comunicação e pessoas com deficiência. E faz ainda mais sentido falar desta temática se olharmos para a evolução tecnológica que confere aos media ferramentas que lhes permitem, como nunca antes, oferecer modelos alternativos de comunicação potencialmente mais integradores das diferentes comunidades.

MEDIA E INCLUSÃO

Enquanto dispositivos de representação da realidade, os media têm a responsabilidade social de se assumirem como elementos integradores das diversas comunidades existentes numa sociedade. Os meios de comunicação social devem, por esse motivo, criar mecanismos que facilitem o acesso de todos os cidadãos à informação e ao conhecimento.

A pessoa com deficiência está, aos olhos da sociedade, com frequência sujeita a um conjunto de estereótipos que resultam, em boa medida, do desconhecimento que se tem dessas comunidades. A exposição pública da pessoa com deficiência, se não for feita de modo adequado e cauteloso será propiciadora de uma imagem distorcida da sua realidade e que contribuirá para gerar vulnerabilidade nesses indivíduos.

Os media, porque são construtores dessa realidade (Berger & Luckmann, 1999), têm aqui um papel fundamental, não apenas no sentido de promoverem um acesso de todos aos seus conteúdos, mas também, e provavelmente de maior importância, criando modelos e formatos que proporcionem a auto-representação da pessoa com deficiência através dos meios de comunicação.

Os media devem esforçar-se por representar as diversas correntes de opinião das múltiplas comunidades que constituem uma sociedade assegurando a pluralidade e a diversidade nos conteúdos que veiculam.

A relação entre a deficiência e os media situa-se, pois, numa dupla dimensão; acesso e representação. Ou seja, os media atuam enquanto "expositores da realidade" (Wolton, 1995), na medida em que nos dão a conhecer o "mundo lá fora" (Lippmann, 1922) e, nesse sentido, são a "janela aberta" (Tuchman, 1978) e um importante veículo de contacto com o mundo ao qual não temos acesso de forma direta. A responsabilidade dos meios de comunicação significa, neste campo, permitir que também as pessoas portadoras de determinadas deficiências possam aceder aos conteúdos que são difundidos. Essa tendência para a universalidade dos públicos a que os media devem aspirar é parte importante da sua função enquanto agentes ativos da democracia e da cidadania.

Por outro lado, boa parte da representação que possuímos da deficiência e das pessoas com deficiência é construída a partir daquilo que os meios de comunicação difundem, sendo por isso desejável que os media encontrem um discurso o mais próximo possível da realidade da pessoa com deficiência, evitando estereótipos e conceitos desajustados.

Partindo de uma análise à literatura sobre a relação entre a pessoa com deficiência e os media, Pereira, Monteiro & Pereira (2011) referem que, não descurando as questões sociais e culturais, os media têm um papel determinante na perceção que possuímos sobre a pessoa com deficiência. Isto sucede porque os media distorcem com frequência a experiência da deficiência e da pessoa com deficiência "reforçando, de várias formas, as atitudes negativas em seu redor" (Pereira, Monteiro & Pereira, 2011:205).

As autoras identificam várias categorias que têm sido utilizadas pelos media para a representação mediática da pessoa com deficiência: 1) Os estereótipos ("vítimas, heróis, vilões"); 2) terminologia (utilização de expressões inadequadas para se referirem à pessoa com deficiência); 3) Assuntos mais tratados (prevalência das dificuldades e da dramatização); 4) Tipos de deficiência (foco dado a algumas deficiências "mais aceites pela audiência sem deficiência").

A auto-representação da pessoa com deficiência é, por esta razão, um passo importante que, no entender de Josélia Neves, os media deverão dar:

"Não chega falar sobre a deficiência, não chega também fazê-lo de forma correta e esclarecida, importa incluir a pessoa deficiente enquanto promotor dessa mesma informação/imagem e essencialmente enquanto recetor "com necessidades especiais" e com o direito a soluções diferenciadas" (Neves, 2011)

Neste sentido, diversos documentos têm apontado um conjunto de deveres atribuídos aos meios de comunicação no sentido de estes se tornarem mais inclusivos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um desses documentos. No seu artigo 21.º, apela aos Estados Partes da Convenção para que tomem todas as medidas apropriadas com vista a "encorajar os meios de comunicação social, incluindo os fornecedores de informação através da Internet, a tornarem os seus serviços acessíveis às pessoas com deficiência".

A Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual (Diretiva 2010/13/UE, de 10 de março de 2010) apresenta disposições sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios de comunicação social audiovisual:

"(...) o direito das pessoas com deficiência e dos idosos a participarem e a integrarem-se na vida social e cultural da União está indissociavelmente ligado à acessibilidade dos serviços de comunicação social audiovisual. Os meios para permitir essa acessibilidade deverão incluir, sem que a tal se limitem, funcionalidades como a língua gestual, a legendagem, a descrição áudio e menus de navegação facilmente compreensível." (Diretiva 2010/13/EU. Considerando nº 46).

Por seu lado, o Programa Mundial de Ação das Nações Unidas relativo às pessoas com deficiência, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 3 de dezembro de 1982, através da Resolução n.º 37/52, defende a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, e realça a missão dos media de serviço público na divulgação, sensibilização e promoção dos direitos das pessoas com deficiência junto do público em geral, e na sua contribuição para a erradicação dos estereótipos e preconceitos sobre a deficiência e as pessoas com deficiência.

Uma nova rádio

Historicamente, a rádio tem sido vista como o meio de comunicação com enormes potencialidades de integração das diversas comunidades. Isso deve-se às suas características muito particulares e que se baseiam na sua expressividade sonora. Por paradoxo, a sua fraqueza (tendo em conta o facto de não ter imagens) acaba por lhe conferir vantagens noutros domínios. A rádio chega com facilidade aos invisuais, aos analfabetos ou às populações residentes em zonas remotas nas quais o jornal, a Internet ou mesmo a televisão dificilmente chegam. A universalidade foi sempre vista como uma das principais características do meio radiofónico (Pease & Dennis, 1995; Hendy, 2000). Naturalmente que, pelas mesmas razões com que a rádio chegou a diversos públicos, também se afastou de outros, como seja a comunidade surda.

Com a migração da rádio para a Internet, assistiu-se à adoção de um conjunto de ferramentas que transformam um meio sonoro num meio multimedia. Para além das questões conceptuais que têm emergido nos últimos anos (afinal uma rádio que não vive só do som, ainda é rádio?) e que não cabem nos propósitos deste artigo, importa sublinhar que o meio radiofónico ganhou um conjunto de possibilidades que antes, naturalmente, não poderia ter.

Pensar hoje este meio de comunicação, implica pensar num espaço multiplataforma que congrega em si um conjunto de ferramentas que vão para além da exclusividade sonora. Importa, pois, referir, que a expressão sonora continua a existir na rádio e, de acordo com vários estudos (Obercom, 2016; Pew Research Center, 2016) ainda é a principal forma de aceder aos conteúdos radiofónicos, apesar da tendência de crescimento da escuta via Internet ou plataformas móveis: "(...)listen to radio on a variety of newer platforms, while at the same time, terrestrial radio continues to reach the overwhelming majority of the public" (Pew Research Center, 2016).

Mas, importa também referir que as organizações radiofónicas estão hoje incluídas num cenário mediático multiplataforma e multimedia do qual fazem parte a Internet, as plataformas móveis as redes sociais e também os vídeos, as infografias, as fotografias, o podcast, entre muitas outras ferramentas que só são possíveis de utilizar devido à migração da rádio para este ecossistema mediático, caracterizado pelos dispositivos e redes digitais.

Neste novo cenário, o meio radiofónico ganha benefícios ao nível técnico e tecnológico como a não limitação da sua cobertura podendo a mensagem radiofónica chegar a vários pontos do globo com custos mais reduzidos (Saíz, 2002:28). E tem também a possibilidade de gerar novos produtos sem as limitações impostas pelo espectro radioeléctrico, como sejam as webrádio ou os podcasts.

La actividad radiofónica y la legislación correspondiente ya no se pueden definir únicamente mediante la referencia al modelo hertziano o al sistema de difusión que utiliza el espectro radioeléctrico. Ni por su cobertura geográfica, ni por conceptos en transformación como la simultaneidad y la instantaneidad de su servicio. Y tampoco por su naturaleza exclusivamente sonora. Todas esas nociones están en crisis. Los procesos tradicionales están siendo modificados por el standard digital y el desarrollo de otras plataformas como las de satélite, de cable, de Internet o de telefonía móvil. (Haye, 2011)

Assim, a rádio, ou o que nela se produz, tem condições para atingir outros públicos que antes, por diversas razões (económicas, gestão de audiências da rádio ou outras) não conseguiria.

Entre esses públicos, encontramos, claro, os indivíduos com incapacidade para ouvirem, seja ela parcial ou total. Ainda não podemos falar de um espaço que a rádio esteja a explorar, dadas as reduzidas experiências que têm sido feitas. De qualquer forma, surge como uma forte possibilidade de futuro que pode colocar a rádio numa outra dimensão em matéria de inclusão de pessoas com deficiência. Se, historicamente, a rádio aparece, pelas suas características, como o meio de comunicação mais adequado para os invisuais, em relação aos surdos, ainda estamos numa fase muito embrionária.

Num estudo elaborado por Ribeiro & Pereira (2014) foram entrevistados jornalistas das rádios públicas BBC e Antena 1 sobre o papel da rádio em matéria de oferta de uma programação para a comunidade surda. As declarações dos profissionais apontam para a inevitabilidade de associar a rádio aos meios e à tecnologia digital e que com isso se poderão abrir novos caminhos: "radio should be able to integrate more sign language translators in their programmes". Outro entrevistado reforçou a necessidade de ver estas matérias serem discutidas:

"I am not sure what kind of strategies should be taken, but I would like to see this subject as a top priority for civil society, media, and politics. I guess that the presence of interpreters should be the priority in journalism formats." (Ribeiro & Pereira, 2014).

Ou seja, do que falamos, não é obviamente (e infelizmente) da possibilidade dos surdos poderem ouvir uma emissão de rádio tradicional. Quando abordamos esta questão, fazemo-lo num registo tridimensional no qual encontramos a rádio e os seus conteúdos próprios, o acesso (proporcionado pela tecnologia) e a representação num meio de comunicação de uma comunidade até aqui impossibilitada de o fazer.

RÁDIO E SURDOS - ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Pretende-se no presente artigo analisar as duas experiências de tradução para Língua Gestual Portuguesa de emissões de rádio realizadas em Portugal em ambiente profissional. Essas experiências, tal como referimos, ocorreram na TSF e na Antena 1 e delas falaremos nos pontos seguintes. No entanto, há registo de outras experiências feitas noutros contextos e que consideramos relevantes para enquadrar o nosso objeto de estudo.

No Brasil, em 2001 e 2002¹ a Rádio USP, da Universidade de São Paulo, transmitiu o programa "Clip Informática" com tradução para Língua Gestual Brasileira (LiBRA) e que podia ser acompanhado pelos surdos na Internet. O programa contemplava várias informações de interesse para a comunidade surda, como informações do mercado de trabalho, saúde e debates sobre a problemática da surdez. Ao contrário das experiências portuguesas na TSF e Antena 1, estes programas não tiveram tradução simultânea.

"A transmissão radiofônica na íntegra para os surdos começava com a gravação antecipada de imagens de uma pessoa que utilizava a linguagem de sinais. Essas imagens ficavam disponíveis aos que buscavam ouvir o programa pela internet. Aí os surdos recebiam as imagens no mesmo momento em que entrávamos no ar". (Alexandre Neto, editor do programa ao site USP.Notícias)

O programa começou a ser emitido em setembro de 2001 e terminou em janeiro de 2002 por falta de apoios financeiros.

Em relação a Portugal, registamos duas outras experiências levadas a cabo em ambiente académico. A primeira delas em 2013 no Instituto Politécnico de Leiria inserida no projeto IPL (+) Inclusivo, que "tem por missão estimular a implementação de uma política global de inclusão em todos os domínios da ação do instituto e comunidade envolvente".²

No conjunto de atividades propostas por aquela instituição para figurarem na iniciativa "7 dias com os media", no dia 8 de maio de 2013, constava a realização de um programa de rádio que teve a duração de uma hora e que se intitulou "Comunicação Inclusiva". O programa foi emitido no contexto de um projeto denominado Rádio IPlay da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do IPL.

"Tratou-se de uma emissão em direto, mas desta vez traduzida para Língua Gestual Portuguesa. O objetivo do programa foi o de sintetizar o primeiro ano temático do IPL (+) Inclusivo e integrou duas entrevistas: a Nuno Mangas, Presidente do IPL, e

^{1 &}quot;Transmissão pioneira de programação de rádio para surdos acaba por falta de patrocínio". USP. Notícias. In: http://www.usp.br/agen/repgs/2002/pags/153.htm (Acedido: 10 de outubro de 2016).

² Objetivos disponíveis no site do Projeto in: http://maisinclusivo.ipleiria.pt/sobre/ (Acedido: 7 de dezembro de 2016)

a Josélia Neves, professora dinamizadora do projeto. Enquanto mentora da iniciativa, Josélia Neves referiu que o mais difícil foi claramente manter os intérpretes de LGP durante uma hora seguida e em direto a traduzir os conteúdos" (Silva, et. al, 2013).

Uma outra iniciativa aconteceu também em 2013. Tratou-se de uma webrádio designada de Rádio Mãos à Conversa e surgiu no contexto de um projeto final do curso de Jornalismo e Comunicação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, no ano letivo 2012-2013. O projeto consistiu na criação de uma rádio na Internet cujos conteúdos foram integralmente traduzidos por uma intérprete de Língua Gestual Portuguesa. Os conteúdos disponibilizados eram acompanhados no site http://www.radiomaosaconversa.uphero.com/³ e incluíram notícias, entrevistas, reportagens, programas para crianças traduzidas para LGP através da inserção de um vídeo. Entre os parceiros do projeto, encontram-se a Escola Básica Cristóvão Falcão, em Portalegre e o Projeto Music for All, da Escola Profissional Magestil.

Pretendeu-se, (...), construir uma webradio e, por isso, adotar a linguagem radiofónica e juntá-la a outros elementos expressivos próprios do meio online. Assim, o som mantém-se (o que permite que a comunidade ouvinte seja também público da rádio), mas todos os conteúdos são traduzidos para Língua Gestual Portuguesa. (Silva et. al, 2013)

Qualquer uma destas experiências que expusemos neste ponto do artigo já não se encontra a decorrer.

METODOLOGIA

O objetivo do presente artigo é o de caracterizar e analisar duas experiências de emissão de rádio realizadas na TSF e na Antena 1 em 2005 e 2013 com tradução simultânea para Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Partindo da identificação dos segmentos da programação emitidos procuraremos dar um contributo para a reflexão em torno do papel de uma "nova rádio" (já não ancorada à sua exclusividade sonora) em matéria de inclusão de pessoas com deficiência.

Os dois programas foram gravados e acompanhada a sua tradução simultânea nos sites em que foram transmitidos. Nos casos em que tal foi possível, procedeu-se ainda ao registo vídeo dessa tradução ou ao print da página online de acompanhamento da emissão.

Procuramos neste artigo identificar o modo como foi possível aceder à emissão por parte dos surdos e, mediante uma análise de conteúdo das emissões, caracterizar os espaços traduzidos para LGP e identificar a presença da comunidade surda nessa emissão, quer através do seu próprio discurso, quer mediante o debate de questões relacionadas com a surdez.

A emissão da TSF foi para o ar no dia 7 de abril de 2005 e teve a duração de 14 horas e a da Antena 1 no dia 15 de novembro de 2013 e durou cerca de duas horas. Outros dos objetivos desta análise é identificar as diferenças entre estas duas experiências.

³ O site foi entretanto desativado. As informações sobre o projeto podem ainda hoje ser acompanhados na página de facebook criada para o efeito https://www.facebook.com/RadioMaosAConversa/?fref=ts

RÁDIO E SURDOS - OS CASOS DA TSF E DA ANTENA 1

A TSF foi a primeira rádio em Portugal a traduzir em simultâneo os conteúdos da sua emissão em direto para Língua Gestual Portuguesa (LGP). A iniciativa teve lugar no dia 7 de abril de 2005. Durante 14 horas foram traduzidas por seis intérpretes os diversos conteúdos emitidos pela emissora. Essa tradução pôde ser acompanhada no site www.capacidades.org.pt.

Esta iniciativa partiu do Programa ACESSO da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) e teve lugar durante a realização da Feira das Capacidades, na Moita. Envolveu uma série de parceiros como a Fundação para a Computação Científica Nacional que forneceu a largura de banda; do INOV - INESC Inovação, que cedeu a tecnologia; da GrooveMedia, para o design; e dos intérpretes da Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e da empresa Manus Interpretis. A supervisão do projeto pertenceu à Federação Portuguesa das Associações de Surdos.

Tal como os próprios organizadores reconheceram⁴, a ideia da realização do programa na TSF foi inspirada na experiência brasileira do programa Clip Informática, que relatámos anteriormente neste artigo. A escolha da rádio TSF para esta iniciativa teve a ver com o facto de se tratar de uma emissora com muita palavra e menos conteúdos musicais e, por isso, mais fácil de traduzir para LGP.

TSF RADIO (MA CALLES ALLEMANDE) (LICIAIT STATEMENT OF PROTECTION OF PROT

Imagem 1 – Site da TSF no dia da emissão com tradução para LGP

Fonte: site da TSF, 7 de abril de 2005

^{4 &}quot;Rádio Acessível a Pessoas Surdas". In: http://www.acessibilidade.gov.pt/capacidades/lgpradio.htm. (Acedido: 10 de outubro de 2016)

Quase uma década depois, a 15 de novembro de 2013, a rádio pública portuguesa, Antena 1, colocou em prática uma emissão semelhante com o objetivo de assinalar o dia da Língua Gestual Portuguesa. A experiência foi realizada durante o programa da manhã, um dos que tem maior audiência na rádio pública.

Imagem 2 – Site da Antena 1 no dia da emissão com tradução para LGP



Fonte: Site da Antena 1. 15 de novembro de 2013

Por se tratar de uma emissora de serviço público, a Antena 1 está vinculada a um conjunto de obrigações expressas no Contrato de Concessão de Serviço Público que data de 1999⁵. Na sua quarta cláusula é referido que deverá ser uma rádio "de coesão social, com uma programação agregadora, acessível a toda a população". Na alínea seguinte refere-se que a rádio de serviço público deverá combater "todas as formas de exclusão ou discriminação social, cultural, religiosa, étnica e sexual, e que responda aos interesses minoritários das diferentes categorias do público". Ou seja, a Antena 1 procurou também responder às suas obrigações enquanto emissora de serviço público.

Consideramos ainda relevante fazer referência à alínea g) dessa mesma quarta cláusula na qual se refere que deverá ser uma rádio "tecnologicamente avançada, que incorpore as inovações que contribuam para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço público que presta e da radiodifusão em geral" o que a nosso ver vai ao encontro da experiência realizada, uma vez que ela só foi possível justamente devido à utilização de um conjunto de meios técnicos e tecnológicos.

⁵ O contrato de concessão de serviço público de Rádio e Televisão foi revisto em 2015 e tem uma nova redação. No entanto, neste artigo faz-se referência ao contrato de 1999 por ser aquele que se encontrava em vigor na altura da experiência de rádio para surdos levada a cabo pela Antena 1, em 2013.

A MESMA IDEIA - CONTEÚDOS DIFERENTES

Separadas por quase uma década, as experiências levadas a cabo pela TSF e Antena 1 tiveram na sua base o mesmo propósito, ou seja criar um espaço alternativo na rádio que pudesse contribuir para a inclusão de uma comunidade sem acesso aos conteúdos radiofónicos. No entanto, a análise aos dois programas permite-nos identificar algumas diferenças, como se pode observar no quadro l.

Uma das principais diferenças teve a ver com a duração da emissão. A experiência da TSF decorreu durante 14 horas, entre as 8 da manhã e as 22 horas. Nesse período horário, os surdos puderam, pela primeira vez em Portugal, acompanhar em simultâneo uma emissão radiofónica que incluiu a Manhã Informativa da TSF, o Fórum TSF, o Fórum Mulher, a Tarde Informativa e o relato do jogo Newcastle/Sporting, que a TSF transmitiu em direto de Inglaterra. Incluiu ainda os noticiários emitidos durante o período referido, bem como todos os outros espaços informativos (informação financeira, desportiva, económica, etc). Durante a emissão, sempre que no ar estava informação de trânsito, música, pequenas intervenções do locutor ou publicidade, o acompanhamento da emissão com Língua Gestual Portuguesa foi interrompido.

Um dos pontos altos da emissão, foi a tradução em simultâneo para LGP do relato do jogo de futebol entre o Newcastle e o Sporting. A imprensa da altura fez referência a esse facto classificando-o como o maior desafio desta emissão.

"Ao locutor que, em estúdio, fazia o relato, não foi feita qualquer recomendação quanto ao ritmo ou conteúdo do discurso. "O desafio é precisamente esse", disse ao PÚBLICO José Fragoso. "Este é o conteúdo radiofónico mais complexo e para os intérpretes é muito interessante conseguir passar esta mensagem", explicou o director da TSF, acrescentando que "a experiência tem tanto mais sucesso quanto menos alterações de conteúdo forem necessárias" (Público, 8 de abril de 2005)⁶.

A experiência levada a cabo pela rádio pública foi diferente. Desde logo, a duração da emissão com cerca de duas horas (estava previsto começar às 9 da manhã, mas problemas técnicos atrasaram o início. Terminou às 11h). Incluiu a tradução para LGP dos noticiários, das informações de trânsito, meteorologia, intervenções do locutor, entrevistas realizadas em estúdio e reportagem em direto. Ao contrário da TSF, na Antena 1 a música foi também traduzida para LGP. A emissão com a tradução para LGP foi acompanhada através da RTPPlay, na Internet.

A questão da representação mediática da comunidade surda foi, no entanto, um dos pontos em comum. Ambas as rádios tiveram a preocupação de eleger como prioridade questões relacionadas com a surdez.

O Fórum da TSF foi, neste dia, dedicado à problemática da pessoa com deficiência. A escolha do tema foi assumida pela estação por causa da iniciativa que estava a decorrer. O mesmo tema, pela mesma razão, foi abordado no Fórum Mulher, a partir das 15 horas. Quer o Fórum TSF, quer o Fórum Mulher são espaços radiofónicos de debate com a participação dos ouvintes e como tal foi possível alargar a discussão sobre a deficiência a um maior número de pessoas.

^{6 &}quot;TSF fez emissão de rádio adaptada para surdos", Público. 8 de abril de 2005.

Na tarde informativa, houve intervenções em direto da Feira das Capacidades, com entrada nos noticiários das 16 horas e em diante. Foi sempre feita a referência que a TSF estava a fazer uma emissão para surdos, deixando claro que as reportagens só foram feitas por esse motivo.

Quadro I – As emissões traduzidas para LGP na TSF e Antena 1

	TSF (2005)	Antena 1 (2013)
Motivo	Feira das Capacidades (7 de abril de 2005)	Dia da Língua Gestual Portuguesa (15 de novembro de 2013)
Período da emissão	Das 8 às 22 horas. Em direto.	Das 9 às 11 horas. Em direto.
Acesso à emissão traduzida	Internet: www.capacidades.org.pt	Internet: www.rtp.pt/play
Segmentos da Emissão com tradução para LGP	- Manhã Informativa da TSF (incluindo noticiários e jornais temáticos) - Fórum TSF, - Fórum Mulher, - Tarde Informativa - Relato do jogo futebol Newcastle/Sporting	- Noticiários - Trânsito, - Intervenções do locutor - Entrevistas realizadas em estúdio - Reportagem em direto - Música
Interrupção da emissão traduzida	-Trânsito - Música - Pequenas intervenções do locutor - Publicidade	
Observações	 - Fórum da TSF e Fórum Mulher foram neste dia dedicados à problemática da pessoa com deficiência. - Na tarde informativa houve intervenções em direto da Feira das Capacidades, na Moita. 	- Reportagem em direto com inter- venções da comunidade surda - Entrevista aos intérpretes de LGP.

Fonte Própria

Num comunicado emitido após a emissão do programa da TSF, a Associação de Surdos do Porto Iouvava a iniciativa sublinhando que contribuiu para a "formação da Comunidade Surda, favorecendo o reconhecimento da cidadania enquanto valor essencial à democracia e promover a cultura, língua e valores que exprimem a identidade nacional Surda". A mesma entidade sublinhou a importância de se repetirem iniciativas semelhantes embora reconheça que uma emissão com tradução para LGP de um programa de rádio, por apenas poder ser feita através da Internet, deixa muitos surdos de fora, em particular os idosos.

A Antena 1 procurou também fazer corresponder esta iniciativa às expetativas de representação mediática da comunidade surda. Por isso, durante a emissão traduzida

^{7 &}quot;I Emissão de Rádio para Surdos", Associação de Surdos do Porto. In: http://asurdosporto.org. pt/artigo.asp?idartigo=425. (Acedido: 12 de novembro de 2016).

para LGP, foram realizadas várias reportagens em direto, nomeadamente da Associação de Surdos do Porto o que incluiu entrevistas a pessoas com deficiência auditiva. Nessas entrevistas, foi possível escutar que a comunidade surda apreciou a iniciativa tendo um dos alunos da escola se referido à estranheza que esta experiência lhe causara. No noticiário das 10 horas, que abriu com a informação sobre a emissão especial da Antena 1, a repórter fez a sua reportagem em direto a partir do Centro de Formação Profissional da Associação de Surdos do Porto referindo que a aula foi interrompida para os alunos acompanharem a emissão via Internet. Na reportagem, é entrevistado com a ajuda de uma intérprete, o responsável pelo centro de formação que refere que a iniciativa é muito importante: "Deveria ser todos os dias", referiu.

NOTAS FINAIS

Procurámos no presente artigo explorar as potencialidades da rádio enquanto meio de comunicação promotor da inclusão da pessoa com deficiência no espaço mediático, em particular da comunidade surda.

Partimos de um cenário que toma a rádio num novo contexto que lhe confere instrumentos e ferramentas que lhe permitem não viver exclusivamente da sua expressividade sonora. Só assim, vimos, é que foi possível à rádio explorar novos modelos de comunicação e atingir novos públicos, como é o caso da comunidade surda. O artigo procurou analisar duas experiências de rádio com tradução para Língua Gestual Portuguesa e perceber de que modo foi facilitado o acesso destas pessoas a uma emissão de rádio e identificar nessas emissões momentos de representação na rádio da pessoa surda.

Assim, em primeiro lugar, constatámos que ambas as experiências realizadas na TSF e na Antena 1 não passaram disso mesmo: experiências que tiveram o seu momento ancorado a iniciativas concretas e datadas e que por isso não se voltaram a repetir.

Estamos, pois, muito longe de modelos que, por rotina, integrem espaços de programação radiofónica com tradução para Língua Gestual Portuguesa, sobretudo se se tratarem de programas em direto e, por essa razão, com tradução simultânea. Outras alternativas neste campo, embora inexistentes no caso português, poderiam passar também pela legendagem de programas de rádio disponíveis online, cenário que apenas colocamos aqui como uma hipótese futura.

Um dado importante, e referido pela comunidade surda, tem a ver com o acesso. Ou seja, a implementação deste tipo de iniciativas passa pela sua conjugação com as plataformas online e isso pode impedir que alguns surdos não lhes consigam aceder.

De qualquer forma, devemos registar como muito interessantes estas duas iniciativas da TSF e da Antena 1, na medida em que deram o seu contributo para o debate em torno desta questão, ao mesmo tempo que, ainda que por breves instantes, tenham permitido que a comunidade surda se visse representada e se autorepresentasse na rádio. Como observámos, durante os espaços traduzidos para LGP houve várias intervenções de surdos e as temáticas abordadas na rádio andaram em torno de várias questões relacionadas com as pessoas com deficiência e com a comunidade surda em particular.

Pudemos verificar que as rádios têm consciência da sua função social que se consubstancia também na inclusão de determinados públicos, muitas vezes esquecidos nos e pelos meios de comunicação social, sendo neste particular de sublinhar o papel do serviço público de rádio ao qual está agregado o princípio da universalidade.

Um elemento importante e a explorar no futuro será, seguramente, uma avaliação que deverá ser feita junto da comunidade surda, no sentido de se perceber com maior rigor, qual a perceção que possuem e a utilidade para o seu quotidiano de projetos como estes que aqui apresentámos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, S. et al. (2006), *As rádios portuguesas e o desafio do (on)*, line. In: http://www.obercom.pt/client/?newsld=254&fileName=wr3_radio_revisto_gustavo_rita_pdf_pat.pdf. (Acedido: 1 de outubro de 2006)
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1999), A Construção Social da Realidade, Lisboa: Dinalivro.
- Bonixe, L. (2012). O que está na rádio que não é rádio um estudo sobre os formatos não sonoros nos sites de emissoras de informação portuguesa. *Livro de Atas III Obciber*. In: http://cobciber3.files.wordpress.com/2013/03/livro-de-atas-iii-cobciber-bonixe.pdf. (Acedido: 3 de junho de 2013)
- Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual (Diretiva 2010/13/UE, de 10 de março de 2010). In: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=0J:L:2010:095:000 1:0024:PT:PDF. (Acedido: 23 de outubro de 2016)
- Gago, L. (2004). La radio sur Internet : approche de l'innovation par l'étude des représentations et des services en ligne. Le cas de Ouï Fm.com et de Diora.com. In: http://www.grer.fr/article16.htm. [Acedido: 17 de novembro de 2006]
- GMCS (2011). Relatório do Grupo de Reflexão sobre os Media e a Deficiência. In: http://www.gmcs.pt/pt/noticias/relatorio-media-e-deficiencia. (Acedido: 14 de outubro de 2016)
- Haye, R. (2011). La radio que viene. *Rádio-Leituras*. ln: http://radioleituras.files.wordpress. com/2011/08/2-haye esp.pdf.(Acedido: 22 de novembro de 2016)
- Hendy, D. (2000), Radio in the Global Age, Cambrige: Polity Press.
- Herreros, M. (2011). *O rádio no contexto da comunicação multiplataforma*. In: http://radioleituras.files.wordpress.com/2012/04/3-cebrian-herreros-pt.pdf. (Acedido: 3 de junho de 2013) Lippmann, W. (1922) *Public Opinion*. New York: Free Press.
- Neves, J. (2011) *Imagem(ns) das pessoas com deficiência nos media*. Comunicação apresentada no Colóquio Media e Deficiência, Lisboa. In: http://www.mediaedeficiencia.com/comunicacoes. (Acedido: 11 de julho de 2013)
- Obercom (2016) A Rádio em Portugal Análise das audiências e dinâmicas concorrenciais do mercado radiofónico português entre 2002 e 2015. In: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/09/OBERCOM_2016_Relatorio_Radio.pdf. (Acedido: 1 de outubro de 2016
- ONU (2007). Convention on the Rights of Persons with Disabilities. In: https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N06/645/30/PDF/N0664530.pdf?OpenElement. (Acedido: 14 de outubro de 2016)
- Pease, E. C. e Dennis, E. (Ed.) (1995). *Radio The Forgotten Medium*, New Brunswick: Transaction Publishers.
- Prata, N. (2008), Webradio: Novos Géneros, Novas formas de Interacção, Tese de Doutoramento. In: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/AIRR7DDJD8/1/nair_prata_tese.pdf. (Acedido: 20 de julho de 2008)

- Pew Research Center (2015). *State of the News Media 2016.* In: http://www.journalism.org/2016/06/15/audio-fact-sheet/. (Acedido: 15 de outubro de 2016)
- Pereira, O.; Monteiro, I.; Pereira, A.L. (2011). A visibilidade da deficiência Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos media impressos. *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 199-217. ln: http://www.redalyc.org/pdf/4265/426539983011.pdf. (Acedido: 22 de outubro de 2016)
- Programa Mundial de Ação das Nações Unidas (1982). In: http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=23. (Acedido: 20 de outubro de 2016)
- Reis, I. (2011) A reconfiguração da temporalidade da rádio na era da Internet. *Comunicação e Sociedade*. Vol. 20, pp. 13-28.
- Ribeiro, F. & Pereira, L. (2014) *Radio for Deaf People. Have you ever heard about it?*. In: http://pt.scribd.com/doc/236343670/Radio-for-Deaf-People-Have-you-heard-about-it. (Acedido: 23 de outubro de 2016)
- Saiz, C. P. (2002). La Información en la Radio, in Martinez-Costa, M.P. (Coord.), *Información Radiofónica*. Barcelona: Ariel. pp. 21-57.
- Silva, C. et. al. (2013). Os novos públicos da rádio relato de um projeto de uma webradio para surdos. *Aprender*, nº34. In: http://www.esep.pt/aprender/index.php/component/phocadownload/category/35-revista-aprender-n-34?download=717:aprender-34-a10. (Acedido: 23 de novembro de 2016)
- Siqueira, A & Silva, C. (2013) Dar voz a quem não é ouvido: Barreiras enfrentadas pelo surdo no acesso à informação televisiva. *Cadernos da Escola de Comunicação*. Edição especial. In: http://revistas.unibrasil.com.br/cadernoscomunicacao/index.php/comunicacao/article/view/123. (Acedido: 14 de novembro de 2016)
- Tuchman, G. (1978). A Study in the Construction of Reality, New York: The Free Press.
- Wolton, D. (1995). As Contradições do Espaço Público Mediatizado, *Comunicação e Linguagens* 21-22: 167-188.

Luís Bonixe — Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Portalegre. Investigador do CIC.Digital (Pólo FCSH/NOVA)

Data de recepção do artigo/ Received for publication: 29.12.2016

Data de aceitação do artigo/ Accepted in revised form: 07.03 2017